

# PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ALMODÔVAR

## 1.ª REVISÃO

Câmara Municipal	
Reunião de:	
19 MAIO 2021	
APROVAÇÃO	
CONHECIMENTO	<input type="checkbox"/>
UNANIMIDADE	<input checked="" type="checkbox"/>
MAIORIA	
PS	<input type="checkbox"/>
PSD	<input type="checkbox"/>
_____	<input type="checkbox"/>
_____	<input type="checkbox"/>



## TERMOS DE REFERÊNCIA

Maio 2021

*“É necessário ordenar o território atendendo à sua capacidade de assegurar o funcionamento dos sistemas ecológicos, sociais e económicos visando a melhoria das condições dos vários tipos de espaços e da qualidade de vida dos seus habitantes bem como a potenciação da atratividade dos territórios urbanos, urbano-rurais e rurais.”*

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, 2019

## ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO .....	4
2. OPORTUNIDADE DE REVISÃO DO PDM.....	4
3. ENQUADRAMENTO LEGAL .....	5
4. ORIENTAÇÕES E OBJETIVOS PARA A REVISÃO DO PDM .....	7
5. CONTEÚDO MATERIAL E DOCUMENTAL .....	8
6. PRAZO DE EXECUÇÃO E FASEAMENTO.....	10
7. CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA DO PLANO .....	12

## 1. INTRODUÇÃO

---

O presente documento constitui os Termos de Referência para a elaboração da Revisão do PDM de Almodôvar.

De acordo com artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), o Plano Diretor Municipal (PDM) abrange a totalidade do território municipal e é o instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal.

No âmbito de um processo de elaboração de um plano municipal compete à Câmara Municipal a definição da oportunidade e dos termos de referência dos planos municipais, sem prejuízo da posterior intervenção de outras entidades públicas ou particulares, conforme prevê o n.º 3, artigo 76.º do RJIGT.

Foi desde já desenvolvido o relatório de avaliação da execução do PDM que concluiu pela necessidade de iniciar o processo de revisão do PDM, não apenas pelo facto de o mesmo ter sido aprovado há cerca de 23 anos, mas também para adaptação ao novo quadro jurídico. Desta forma, nos pontos seguintes apresenta-se as diretrizes a que o processo deve estar subordinado.

## 2. OPORTUNIDADE DE REVISÃO DO PDM

---

O Plano Diretor Municipal (PDM) de Almodôvar foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/98, de 27 de janeiro, tendo sido objeto de Alteração por adaptação ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo) através do Aviso n.º 696/2011, de 7 de janeiro, e ainda de uma Retificação através da Declaração n.º 80/2011, de 4 de abril, e de uma Alteração simplificada através do Aviso n.º 931/2016, de 27 de janeiro, em ambos os casos relativas à área do Parque de feiras e Parque de Merendas.

De acordo com o artigo 93.º do RJIGT, os planos municipais devem ser obrigatoriamente revistos quando a respetiva monitorização e avaliação, consubstanciada nos Relatórios de Estado do Ordenamento do Território (REOT), identificarem níveis de execução e uma evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que lhes estão subjacentes, suscetível de determinar uma modificação do modelo territorial definido.

Efetivamente, o Relatório de Avaliação da Execução do Plano Diretor Municipal, apresentado em anexo, aponta para a necessidade de se dar início ao processo de revisão do PDM de Almodôvar em função das seguintes razões:

- Pela necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que determinaram a respetiva elaboração, atendendo ao disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 124º do RJIGT;

- Pela necessidade de adequação ao novo quadro legal, entretanto produzido, destacando-se:
  - A publicação da Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, da entrada em vigor do novo Regime Jurídico dos instrumentos de gestão territorial que desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial (IGT) e ainda pela publicação do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto - Classificação do solo que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do Solo Rústico e do Solo Urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional;
  - A necessidade de se proceder à adequação das bases cartográficas dando resposta ao disposto no Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 130/2019, de 30 de agosto;
  - A publicação dos novos regimes jurídicos da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional;
  - A publicação de legislação relativa ao sistema de defesa da floresta contra incêndios que refere a necessidade de os PMOT incorporarem e regulamentarem a cartografia da rede de defesa da floresta contra incêndios constituída pela rede primária de faixas de gestão de combustível, rede viária florestal fundamental, rede de pontos de água e rede nacional de postos de vigia (RNPV), assim como a carta de perigosidade de incêndio florestal, constantes dos PMDFCI.

A análise efetuada ao nível do Relatório de Avaliação da Execução do PDM permite também identificar um conjunto de necessidades específicas que devem ser abordadas na Revisão do PDM, e que são por isso apontadas no capítulo 4 do presente documento.

### 3. ENQUADRAMENTO LEGAL

O Revisão do PDM de Almodôvar terá em consideração o enquadramento legal atual, designadamente:

- Lei n.º 31/2014, de 30 de maio – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (adiante designado de LBGPPSOTU), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 3/2021, de 7 de janeiro.
- Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio – Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 81/2020, de 2 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 25/2021, de 29 de março.
- Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto - que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional.

Desde a publicação do PDM em vigor, e especialmente nos últimos anos, assistiu-se a uma importante alteração no enquadramento legislativo do Ordenamento do Território e à aprovação de

novos instrumentos de gestão territorial. Na Revisão do PDM de Almodôvar deve ser assegurada a articulação e compatibilização com um vasto conjunto de instrumentos de gestão territorial de entre os quais se salientam:

- **Âmbito nacional e regional:**
  - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) – Primeira Revisão: Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro;
  - Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo): Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto;
  - Plano Nacional da Água (PNA): Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro;
  - Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Sado e Mira (PGRH – RH6)/ Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Guadiana (PGRH – RH7)/ Plano de Gestão da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (PGRH – RH8): Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, e republicado pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro;
  - Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000): Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho;
  - Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROF ALT): Portaria n.º 54/2019, de 11 de fevereiro;
  - Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN) – 2.ª alteração: Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de agosto.
- **Âmbito municipal:**
  - Plano de Pormenor da Aldeia dos Fernandes: Declaração n.º 25-9-91, de 29 de outubro;
  - Plano de Pormenor Castelo Alto: Aviso n.º 22047/2011, de 8 de novembro;
  - Plano de Pormenor Cerro das Eiras – Gomes Aires: Portaria n.º 265/97, de 17 de abril; Alteração de Regime Simplificado, pela Declaração n.º 68/2003, de 18 de fevereiro;
  - Plano de Pormenor da Entrada Norte de Santa Clara-a-Nova – Revisão: Portaria n.º 820/94, de 16 de setembro; 1ª Alteração de Regime Simplificado – Declaração n.º 17/2003, de 16 de janeiro; 2ª Alteração – RCM n.º 175/2004, de 17 de dezembro;
  - Plano de Pormenor do Espaço Industrial Proposto da Vila de Almodôvar – Ampliação I: Deliberação n.º 2491/2007, de 26 de dezembro;
  - Plano de Pormenor Monte Nabo: Aviso n.º 21817/2011, de 3 de novembro; 1ª Correção Material: Aviso n.º 7755/2012, de 4 de junho;
  - Plano de Pormenor de Santa Cruz: Declaração n.º 28-1-91, de 8 de março;
  - Plano de Pormenor da Senhora da Graça de Padrões: Portaria n.º 1087/95, de 5 de setembro; 1.ª Alteração – Declaração n.º 178/97, de 29 de agosto;
  - Plano de Pormenor da Zona Industrial de Almodôvar: Declaração n.º 25-9-90, de 19 de outubro.

Esta dinâmica é acompanhada por uma revolução no contexto estratégico que serve de enquadramento aos mesmos instrumentos de gestão territorial, e que se traduz na aprovação de um conjunto de planos e programas de natureza diversa que devem ser atendidos na estratégia a prever para o novo PDM de Almodôvar.

#### 4. ORIENTAÇÕES E OBJETIVOS PARA A REVISÃO DO PDM

De acordo com a avaliação da execução do PDM, constituem orientações para a Revisão do PDM:

- A necessidade de adequar e atualizar a cartografia que serviu de base à elaboração do PDM;
- A necessidade de atualizar da Planta de Condicionantes com a nova cartografia da perigosidade de risco de incêndio e de áreas ardidas, RAN, REN, Rede Natura 2000, Áreas ardidas, perigosidade de risco de incêndio recursos geológicos, património classificado e servidões rodoviárias;
- A necessidade de ajustar o ordenamento do solo rústico às alterações do uso do solo;
- A necessidade de avaliar a área ocupada e área comprometida na exclusão das áreas urbanizáveis;
- A necessidade de integrar no modelo de desenvolvimento urbano a nova estratégia de reabilitação urbana e as várias ARU delimitadas no território municipal;
- A necessidade de enquadrar as orientações de um conjunto de programas e planos com incidência no território municipal;
- A necessidade de adequar o modelo de ordenamento às potencialidades e desafios resultantes da construção da A2 e alteração das acessibilidades do município;
- A necessidade de enquadrar a elaboração do Plano de Pormenor da Área de Acolhimento Empresarial de Gomes Aires, e assim responder às necessidades de novos espaços de atividades económicas;
- A necessidade de integrar e potenciar o património natural, incluindo a transposição do PSRN2000;
- A necessidade de ponderar e enquadrar a importância da construção da barragem de Oeiras;
- A necessidade de avaliar o potencial do património existente para classificação, valorização e promoção.
- A necessidade de atualizar o levantamento das infraestruturas e equipamentos, e avaliar necessidades;
- A necessidade de dar resposta aos pedidos de instalação de centrais fotovoltaicas, em respeito pela estratégia municipal e condicionantes em presença.

Constituem objetivos da Revisão do PDM de Almodôvar:

- Afirmação do concelho de Almodôvar, pelas suas especificidades e diferenças, nomeadamente agricultura e os produtos endógenos;
- Potenciação do posicionamento de Almodôvar no quadro das acessibilidades regionais, designadamente no que concerne oferta de zonas de atividades económicas;
- Potenciação das características do território concelhio na área das energias renováveis, enquadradas na adaptação aos fenómenos de alterações climáticas;
- Aposta no concelho como destino turístico diversificado e de qualidade, quer através do incentivo ao empreendedorismo local para a criação de turismo em espaço rural (TER), quer pela procura de investimentos turísticos de maior dimensão e de grande qualidade;

- Promoção da requalificação e reabilitação urbana dos principais centros urbanos do concelho, promovendo Almodôvar como local aprazível para viver;
- Proteção, valorização e integração do património natural (p.e. Serras do Mú, e do Caldeirão) e arquitetónico (p.e Capela e Convento de São Francisco e Igreja Matriz de Almodôvar, ambos em Almodôvar) de Almodôvar;
- Reforço da política social, através do incentivo às políticas de investimento público e de investimento privado através do apoio às empresas da área da economia social e às instituições de solidariedade social, possibilitando também o desenvolvimento de projetos que respondam às carências sociais existentes a nível regional.

## 5. CONTEÚDO MATERIAL E DOCUMENTAL

---

A Revisão do PDM de Almodôvar deve responder ao conteúdo material e documental, definidos respetivamente pelos artigos 96.º e 97.º do RJIGT, e que a seguir se transcrevem.

### Conteúdo Material

De acordo com o artigo 96.º do RJIGT, o plano diretor municipal define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial, estabelecendo nomeadamente:

- A caracterização, ou a sua atualização, económica, social e biofísica, incluindo a identificação dos valores culturais, do sistema urbano e das redes de transportes e de equipamentos, de educação, de saúde e de segurança, bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de gás, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, depósito e tratamento de resíduos;
- Os objetivos de desenvolvimento económico local e as medidas de intervenção municipal no mercado de solos;
- Os critérios de sustentabilidade a adotar, bem como os meios disponíveis e as ações propostas, que sejam necessários à proteção dos valores e dos recursos naturais, recursos hídricos, culturais, agrícolas e florestais, e a identificação da estrutura ecológica municipal;
- A referenciação espacial dos usos e das atividades, nomeadamente através da definição das classes e das categorias de espaços;
- A definição de estratégias e dos critérios de localização, de distribuição e de desenvolvimento das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;
- A identificação e a qualificação do solo rústico, garantindo a adequada execução dos programas e das políticas de desenvolvimento agrícola e florestal, bem como de recursos geológicos e energéticos;
- A identificação e a delimitação das áreas urbanas, com a definição do sistema urbano municipal e os correspondentes programas na área habitacional, bem como as condições de promoção da regeneração e da reabilitação urbanas e as condições de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal;



- A identificação das áreas de interesse público para efeitos de expropriação, bem como a definição das respetivas regras de gestão;
- Os critérios para a definição das áreas de cedência e a definição das respetivas regras de gestão, assim como a cedência média para efeitos de perequação;
- Os critérios de compensação e de redistribuição de benefícios e encargos decorrentes da gestão urbanística, a concretizar nos planos previstos para as unidades operativas de planeamento e gestão;
- A especificação qualitativa e quantitativa dos índices, dos indicadores e dos parâmetros de referência, urbanísticos ou de ordenamento, a estabelecer em plano de urbanização e em plano de pormenor, bem como os de natureza supletiva aplicáveis na ausência destes;
- A programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas e a definição de unidades operativas de planeamento e gestão do plano, identificando, para cada uma destas, os respetivos objetivos e os termos de referência para a necessária elaboração de planos de urbanização e de pormenor;
- A identificação de condicionantes de caráter permanente, designadamente reservas e zonas de proteção, bem como as necessárias à concretização dos planos de emergência de proteção civil de âmbito municipal;
- A identificação e a delimitação das áreas com vista à salvaguarda de informação arqueológica contida no solo e no subsolo;
- As condições de atuação sobre áreas de reabilitação urbana, situações de emergência ou de exceção, bem como sobre áreas degradadas em geral;
- A articulação do modelo de organização municipal do território com a disciplina consagrada nos demais planos municipais aplicáveis;
- A proteção e a salvaguarda de recursos e de valores naturais que condicionem a ocupação, uso e transformação do solo;
- O prazo de vigência, o sistema de monitorização e as condições de revisão.

#### Conteúdo Documental (artigo 97.º do RJIGT)

O conteúdo documental do PDM distingue-se entre os elementos que constituem o plano e que são objeto de publicação na 2.ª série do Diário da República e os elementos que o acompanham, conforme definidos no artigo 97.º do RJIGT.

Nos termos do n.º 1 do supracitado artigo do RJIGT, o Plano Diretor Municipal é constituído por:

- Regulamento;
- Planta de ordenamento, que representa o modelo de organização espacial do território municipal, de acordo com os sistemas estruturantes e a classificação e qualificação dos solos, as unidades operativas de planeamento e gestão definidas e, ainda, a delimitação das zonas de proteção e de salvaguarda dos recursos e valores naturais;
- Planta de condicionantes que identifica as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento.

Nos termos do n.º 2 do supracitado artigo do RJIGT, o Plano Diretor Municipal é acompanhado por:

- Relatório, que explicita a estratégia e modelo de desenvolvimento local, nomeadamente os objetivos estratégicos e as opções de base territorial adotadas para o modelo de organização espacial, bem como a respetiva fundamentação técnica, suportada na avaliação das condições ambientais, económicas, sociais e culturais para a sua execução;
- Relatório ambiental, no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as alternativas razoáveis, tendo em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos;
- Programa de execução, contendo, designadamente, as disposições sobre a execução das intervenções prioritárias do Estado e do município, previstas a curto e médio prazo, e o enquadramento das intervenções do Estado e as intervenções municipais previstas a longo prazo;
- Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira.

Nos termos do n.º 3 do supracitado artigo do RJIGT, o plano diretor municipal é, ainda, acompanhado pelos seguintes elementos complementares:

- Planta de enquadramento regional, elaborada a escala inferior à do plano diretor municipal, com indicação dos centros urbanos mais importantes, principais vias de comunicação, infraestruturas relevantes e grandes equipamentos que sirvam o município e indicação dos demais programas e planos territoriais em vigor para a área do município;
- Planta da situação existente com a ocupação do solo à data da deliberação que determina a elaboração do plano;
- Planta e relatório com a indicação dos alvarás de licença e dos títulos de comunicação prévia de operações urbanísticas emitidos, bem como das informações prévias favoráveis em vigor ou declaração comprovativa da inexistência dos referidos compromissos urbanísticos na área do plano;
- Mapa de ruído;
- Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação;
- Ficha dos dados estatísticos em modelo a disponibilizar pela Direção-Geral do Território;
- indicadores qualitativos e quantitativos que suportem a avaliação.

## 6. PRAZO DE EXECUÇÃO E FASEAMENTO

O procedimento de revisão do PDM segue, com as devidas adaptações os procedimentos estabelecidos no RJIGT para a elaboração, acompanhamento, aprovação, ratificação e publicação.

A deliberação de revisão do PDM que aprova os presentes termos de referência e que estabelece os prazos de elaboração e período de participação preventiva, será publicada na 2.ª série do Diário da República e divulgada na comunicação social.

De acordo com o definido no n.º 2 do artigo 88.º do RJIGT, a deliberação em apreço estabelece ainda um prazo, que não deve ser inferior a 15 dias, para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações, sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de alteração.

O prazo de execução da revisão do PDM de Almodôvar encontra-se estabelecido no Artigo 199.º do RJIGT na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 25/2021, de 29 de março. De acordo com esta alteração foi definida a data de 31 de dezembro de 2022 para a conclusão do processo de revisão e o final de março de 2022 como prazo para a realização da 1.ª reunião da Comissão Consultiva. Neste prazo deverão ser incluídos os tempos de apreciação por parte da Câmara Municipal e eventual acompanhamento das demais entidades, assim como aqueles que resultam de trâmites legais, incluindo a aprovação pela Assembleia Municipal, em conformidade com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

De acordo com o n.º 3 do artigo 199.º do RGIT (na redação conferida pelo Decreto Lei n.º 21/2021, de 29 de março "(...) Se, até 31 de março de 2022, não tiver lugar a primeira reunião da comissão consultiva, (...) é suspenso o direito de candidatura a apoios financeiros comunitários e nacionais que não sejam relativos à saúde, educação, habitação ou apoio social, até à conclusão do procedimento de alteração ou revisão do plano territorial em causa, não havendo lugar à celebração de contratos-programa". Ainda de acordo com o mesmo diploma a partir de 31 de dezembro de 2022 "(...) a ausência das regras de classificação e qualificação previstas no presente decreto-lei, em qualquer parte do território do município, por motivo que lhe seja imputável, implica a suspensão das normas dos planos territoriais em vigor na área em causa, não podendo, nessa área e enquanto durar a suspensão, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 82.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua redação atual".

O faseamento da elaboração da revisão do PDM será o seguinte:

- Fase 1 – Estudos de Caracterização e Diagnóstico – consiste na elaboração do Relatório dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico, do Relatório de Definição de Âmbito (AAE) e propostas de Reserva Ecológica Nacional Bruta e Reserva Agrícola Nacional Bruta.
- Fase 2 - Proposta Base de Plano – consiste na elaboração dos elementos fundamentais e elementos que acompanham o PDM, incluindo o Relatório Ambiental Preliminar, tal como definidos no capítulo 5 deste documento.
- Fase 3 – Proposta de Plano – consiste na produção e conclusão dos elementos do PDM (incluindo o Resumo Não Técnico da AAE), enquadrando os pareceres da 1ª Sessão Plenária da Comissão Consultiva.
- Fase 4 – Discussão Pública / Publicação - consiste na preparação da Proposta Final do Plano para Discussão Pública, enquadrando os pareceres da Sessão Plenária Final da Comissão Consultiva, e eventual concertação.

A Fase 4 inclui ainda:

- a divulgação e acompanhamento da Discussão Pública.
- a ponderação da Discussão Pública e elaboração da versão final do Plano;
- a aprovação na Assembleia Municipal;
- a publicação em Diário da República, e o envio da Declaração Ambiental.

## **7. CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA DO PLANO**

---

A elaboração da Revisão do PDM de Almodôvar será efetuada através da contratação de uma equipa técnica externa de natureza multidisciplinar, que responda ao conteúdo material e documental do número 5 do presente documento.

O responsável pela coordenação da equipa técnica externa terá de possuir experiência de pelo menos 10 anos na coordenação deste tipo de planos.

Esta equipa externa será acompanhada e apoiada em primeiro plano pelo Gabinete de Planeamento e Ordenamento do Território do município de Almodôvar, e em segundo plano por outros técnicos da autarquia responsáveis por cada área temática.